

Mercado se assusta com boato de calote

DEOLINDA SARAIVA
Correspondente

Rio. — O assunto que mobilizou as discussões de bastidores ontem, último dia do seminário sobre privatização, promovido pela Bolsa de Valores do Rio, foi a possibilidade de o Governo vir a dar um calote parcial em sua dívida interna, conforme acusações feitas pelo presidente da Bolsa Paulista, Eduardo Rocha Azevedo, no dia anterior. Apesar da confirmação de que a grande componente do déficit público são os custos financeiros da dívida interna e externa, o reconhecimento de que essa atitude do Governo seria a extensão da moratória pa-

ra os títulos internos foi unânime.

O senador Severo Gomes, do PMDB, disse que o Governo não tem como escapar de “uma solução política” para sua dívida interna. “O País está inadmissível e a saída só pode ser compulsória”, avaliou. Ele acha que o Governo brasileiro poderia seguir o exemplo da Espanha e “compelir os bancos a assumir parte do ônus da dívida interna”. Segundo o senador, 6 por cento do PIB correspondem ao serviço gasto pelo País com dívidas em títulos públicos e o Governo necessita alongar os prazos de resgate de seus papéis para evitar um agravamento do déficit público.

Para o deputado federal pedetista, Cesar Maia, economista e ex-secretário da Fazenda do Rio, o calote da dívida pública já faz parte da história econômica brasileira. “Em 75 o Simonsen deu o calote ao estipular a correção monetária abaixo da inflação, decisão também tomada posteriormente por Delfin Neto, que prefixou a correção cambial e monetária em 50 por cento da inflação”, ilustrou. Ele garantiu que economistas de diversas tendências estimam que o Governo terá que desvalorizar em pelo menos um terço suas dívidas em OTN para recuperar a capacidade de pagamento dos mutuários desse título (empresas e o próprio Governo).

Quanto a uma possível desvalorização das dívidas em LBC, Maia considerou que seria a decretação da moratória interna e só poderia ser adotada como medida de impacto e compulsório.

O senador Albano Franco fez questão de frisar que desconhecia qualquer possibilidade de o Governo vir a dar calote em sua dívida interna, medida também criticada por Mário Henrique Simonsen, que na véspera havia classificado essa especulação como “assalto”. Para o ex-ministro, a única maneira de o Governo aliviar o peso da dívida pública é vendendo seus ativos, ou seja, privatizando parte de suas estatais.